

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

**A REDE NEOLIBERALIZANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA A LEITURA E A CONEXÃO COM A BNCC: IMPLICAÇÕES
NOS PROGRAMAS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Katia Silva Bufalo –
UEL – ksbufalo@uel.br;
Maria José Ferreira Ruiz -
UEL - mjfr Luiz@gmail.com;

Eixo 8: Educação e Política

Resumo

O texto apresenta resultados de pesquisa realizada no Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação (UEL). O objeto de estudo delimitado são as Políticas Públicas para a Leitura, sua implementação e repercussão na Educação Básica, com foco no papel do Estado, na mediação deste processo. A pesquisa permitiu concluir que o Estado atua como um regulador dos interesses da classe hegemônica, mediando ações pela manutenção da sociedade de classes. Nesse sentido, a educação e a leitura são submetidas ao controle dos conteúdos, tanto das propostas curriculares, quanto pela forma com que os livros são encaminhados para as escolas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Neoliberalismo; Mercantilização da leitura.

Introdução

O fato de vivenciar a chegada de livros por meio de Programas e Políticas Públicas em contraste com as condições precárias da escola para organizar e possibilitar sua adequada utilização, foi evento motivador dessa pesquisa. As avaliações e/ou testes padronizados apontam para uma discrepância entre as políticas veiculadas pelo Estado e os resultados das avaliações externas aplicadas às escolas, no tocante à formação de leitores e a outros fatores.

Nesse contexto, fez-se necessária uma análise dessa realidade, buscando a identificação de elementos que determinam e/ou modificam as propostas difundidas pelas políticas de leitura. Deste modo, apresentamos neste recorte da pesquisa as seguintes questões: Em qual contexto e com quais intencionalidades são propostas as políticas públicas para a democratização da leitura no Brasil? Qual o papel do Estado e do setor privado no processo de consecução das políticas de leitura na escola? Os

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

objetivos específicos são (i) Discutir o papel do Estado na mediação das políticas públicas de leitura; (ii) Analisar a relação da reforma curricular Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua conexão com as políticas públicas de leitura; (iii) Identificar a forma e os conteúdos das políticas públicas de leitura.

Durante o estudo observamos o fato de que o título da políticas públicas de livro e leitura focaliza o livro, em detrimento da leitura, e isso se reflete na efetivação de seus programas. Por esta e outras relações materializadas na reforma curricular e implementação da Base Nacional Comum Curricular, é possível afirmar que estas políticas atendem tendencialmente interesses fundamentados numa perspectiva neoliberal,¹ que por sua vez, favorecem à lógica mercantil de modo a comprometer o processo de democratização da leitura e da educação pública.

No plano teórico-metodológico, para desenvolver essa pesquisa, utilizamos a abordagem materialista histórica fundamentada nos seguintes autores: Marx e Engels (2016); Cury (1989); Frigotto (2010); Masson (2013); Netto (2010) e outros, utilizados em nossos estudos no Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação. Os dados levantados foram obtidos por meio de, análise de políticas públicas, mediante pesquisa documental e análise da produção acadêmica.

Delimitamos nossa concepção quanto à fundamentação da metodologia de pesquisa a partir da premissa “Não só o recorte ou a problemática específica a ser investigada necessita ser apreendida com a totalidade de que faz parte, como é importante ter presente a que sujeitos históricos reais a pesquisa se refere”. (FRIGOTTO, 2010, p. 96).

Na conjuntura brasileira, o processo de universalização do direito à educação ainda é muito recente e a história da educação está atrelada às fragilidades relacionadas aos períodos intercalados de tentativas de universalização da educação e processos de retirada dos direitos sociais, uma vez que o processo de democratização, no sentido de distribuir o poder e os bens materiais produzidos pela humanidade é um processo contrário às

¹ No discurso neoliberal a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança. (MARRACH, 1996, p.43).

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

estratégias de mundialização do capital, no entanto, “[...] a educação se relaciona dialeticamente com a sociedade. Nesse sentido, ainda que elemento determinado, não deixa de influenciar o elemento determinante”. (SAVIANI, 2009a, p. 59)..

No intuito de representar o processo neoliberalizante em curso, demarcamos os movimentos do empresariado na discussão e organização das agendas das políticas públicas de livro e leitura, bem como sua conexão com a reforma curricular intitulada Base Nacional Comum Curricular e as implicações para a educação pública.

1- A NEOLIBERALIZAÇÃO EM REDE: UM PROJETO DE CLASSE

No decorrer das leituras e análises dos documentos propositivos das políticas públicas, deparamo-nos com a forma neoliberal de projetar planos, programas e leis, cujo conteúdo é constituído por uma série de estratégias políticas, jurídicas e econômicas, articuladas na atualidade em redes (BALL, 2014; RUIZ; PERONI, 2017), por várias agendas mediadas pelo Estado (DALE, 2004; ROBERTSON, 2012; MELO; SOUZA, 2017). Nesse sentido, trata-se de um processo de neoliberalização em que o setor privado tem atuado numa complexa relação com o setor público.

De acordo com Peck; Theodore; Brenner (2012), a neoliberalização como projeto político, ideológico e social pode ser compreendida como “[...] um ethos hegemônico de reestruturação, um padrão dominante de transformação regulatória (incompleta e contraditória), e não como um sistema coerente ou uma forma de Estado tipológica” (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012, p.69). Para esses autores, as formações sociais no neoliberalismo são essencialmente parasitárias e inconciliáveis.

Desse modo, indagar sobre a realidade das políticas públicas para o livro e a leitura exige primeiramente entender a totalidade em que essas políticas estão inseridas, compreender o que há de geral na conjuntura atual para podermos identificar o que as políticas para o livro e a leitura apresentam de singular na realidade brasileira. De acordo com Peroni (2016), a essência do movimento do Estado na mediação das atuais políticas públicas e, em nosso caso, estendido às políticas para o livro e a leitura, consiste na “relação entre o

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

público e o privado na direção e execução da educação é um processo de correlação de forças, que não ocorre por acaso e que está cada vez mais dando a direção da política pública”. (PERONI, 2016, p. 17).

Atentamos o leitor para o fato de que tudo o que estamos relatando nesse trabalho constitui-se em situações concretas; falamos de ações e sujeitos reais relacionados a “um conjunto de práticas e subjetividades que são realizadas em formas “realmente existentes” e corriqueiras em diferentes locais e contextos”. (BALL, 2014, p.74). Ou seja,

A sociedade neoliberal em que vivemos é fruto de um processo histórico que não foi integralmente programado por seus pioneiros; os elementos que a compõem reuniram-se pouco a pouco, interagindo uns com os outros, fortalecendo uns aos outros. [...] Consequentemente, a originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas *outro* “regime de acumulação”, mas também, mais amplamente, *outra* sociedade. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 24 – grifos dos autores).

Nesse decurso, segundo Ball (2014), surge o conceito de redes políticas², uma analogia utilizada por autores contemporâneos para representar as mudanças epistemológicas e ontológicas dos movimentos políticos e interações transnacionais relacionadas às constantes alterações de ideias, pessoas e capital. Nessa concepção, os Estados estão mudando “o ponto é que a reforma neoliberal é tanto exógena (privatizadora) quanto endógena (reformista), o setor público é substituído e reformado ao mesmo tempo, e as duas coisas são conectadas”. (BALL, 2014, p.43).

Identificamos esse movimento em relação às políticas públicas para o livro e leitura, em nossa atualidade, com a progressiva abertura do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para os sistemas privados de ensino, assim como na atual Reforma da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os novos rumos implícitos nesse processo para a educação pública, como também a recente modificação do PNLD para o Programa Nacional de Livro e do Material Didático - PNLM, segundo o Decreto Nº 9.099 de 18 de julho de 2017.

² Redes políticas são um tipo de “social” novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos de movimentos. (BALL, 2014, p. 29).

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

2- FORMA E CONTEÚDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O LIVRO E A LEITURA: REDES,
AGENDAS E REFORMAS

O Banco Mundial há mais de meio século tem atuado na elaboração e financiamento de políticas públicas em diversos países e indicando os rumos para alcançar a qualidade da educação. Nesse sentido, estudar os documentos e as propostas agendadas pelo Grupo do Banco Mundial possibilita compreender o sentido da qualidade que eles propagam. De acordo com Robertson (2012), “em 2008 quando o mundo enfrentava sua pior crise financeira mundial desde os anos 1930, o neoliberalismo como paradigma foi novamente posto em questão.” (ROBERTSON, 2012, p.284). No entanto, o Banco Mundial não recua na abordagem da “Neoliberalização”, divulgou em 2010 um documento cujo título traduzido é “Estratégia 2020 para a educação” que, de modo geral, amplia as ações do Grupo na governança global através da Corporação Financeira Internacional (*International Finance Corporation – IFC*), seu braço financiador para o setor privado; o trabalho do BM tem sido em defesa da expansão desse setor. Entretanto, vale ressaltar e ponderar,

É tentador pensar no neoliberalismo como uma arquitetura global imposta de cima para baixo. No entanto, como todos projetos políticos, o neoliberalismo requer um trabalho contínuo por meio de **atores socialmente situados**. Esses atores são os corretores de mitos, os **mediadores de projetos** e os criadores de novos espaços de neoliberalismo. [...] Esse trabalho de corretagem feito pelos **empresários das políticas da educação** evidencia as maneiras como o neoliberalismo não apenas é vivido, mas **é um projeto construído por uma rede de atores** localizados em meio ao BM e para além dele. (ROBERTSON, 2012, p.291- grifo nosso).

É importante entender essa rede de relações para pensar numa proposta contra-hegemônica, pois “[...] projetos de educação neoliberais têm sido promovidos em territórios nacionais e espaços regionais que, em troca, reforçam o impulso e a **direção das políticas para privatizar a educação.**” (ROBERTSON, 2012, p.295 – grifo nosso). A essa altura, esperamos que esteja claro que compreendemos a proposição das políticas públicas para a leitura como resultado de tensões entre projetos de classe e que, na atualidade, o Banco Mundial, apesar das constantes crises, tem

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

mantido e avançado junto com seus parceiros, na proposição e implementação das políticas.

Trata-se de um movimento e uma agenda ampla de privatização da educação, movimento esse em que nos colocamos em posição de combate. Duarte (2016) revela as implicações desse posicionamento “Por certo que a luta de classes não é um passeio no parque no domingo pela manhã [...] Lutar contra **o capital** é lutar contra aquilo que talvez seja o **fenômeno social** mais poderoso que a humanidade já criou”. (DUARTE, 2016, p. 33 – grifo nosso).

Dessa forma, é importante destacar que entendemos o BM como elemento central para compreensão e discussão das políticas, diríamos que é a nascente das ofensivas do capital em relação às políticas sociais, assessorado por todos os seus organismos multilaterais. Todavia, concordamos com Dardot e Laval (2016),

Quando se fala do peso crescente dos organismos internacionais ou intergovernamentais, como FMI, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a OCDE ou a Comissão Europeia, esquece-se de que os governos que fingem curvar-se *passivamente* a auditorias, relatórios, injunções e diretivas desses organismos são também *ativamente* parte interessada nisso. É como se a disciplina neoliberal, que impõe retrocessos sociais a grande parte da população e organiza uma transferência de renda para as classes mais afortunadas, supusesse “um jogo de máscaras” que possibilita que se jogue sobre outras instâncias a responsabilidade pelo desmantelamento do Estado social e educador mediante a instauração de regras de concorrência em todos os domínios da existência. [...] A ascensão da OMC é um indício importante. Seria um erro vê-la apenas como um instrumento das regras universais de mercado, isolada das pressões e dos interesses estatais e oligopolistas. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 282-283 - grifos dos autores).

Sendo assim, nosso desafio é identificar os conteúdos das agendas e os sujeitos históricos que as representam, para pensarmos e criarmos estratégias de reação e combate. Em relação aos conteúdos, percebemos que são apresentados por meio das Reformas. Na atualidade brasileira, vivenciamos a obrigatoriedade impositiva da Nova Base Nacional Comum Curricular que, em síntese, conforme Gentili (1996, p. 24), devem atender “às necessidades do mercado”. Nesse sentido, a organização de

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

classe é fundamental, investir em formações e na prática social do ato de ler também se caracteriza como estratégia de luta.

3- A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: A NOVA BNCC - MEDIR E MONITORAR

De acordo com Dardot; Laval (2016), destacar a forma neoliberalizante da totalidade desse momento histórico significa compreender que isso corresponde à mercantilização generalizada e ilimitada das relações sociais, ou seja, da sociedade. Nessa circunstância, analisar a atual mudança educacional em andamento no Brasil, intitulada Base Nacional Comum Curricular, implica considerar as dimensões dos processos neoliberalizantes implícitos nessa reforma e refletir sobre as consequências para as políticas públicas de leitura, assim como identificar possibilidades e meios de transformação destas no espaço escolar. De acordo com Duarte (2016), “a escola possui em sua essência uma lógica anticapitalista, no sentido de que a concretização da natureza da educação escolar aponta em direção à universalização do domínio do conhecimento”. (DUARTE, 2016, p. 27).

O contexto da reforma da BNCC revela-nos a força da onda neoliberalizante que estamos vivenciando, organizada por uma série de agendas nacionais (como a Agenda Compromisso Todos Pela Educação-2006, transformada no Plano de Metas para o Desenvolvimento da Educação – PDE, Decreto nº 6094) e internacionais (a exemplo a Agenda 2020 BM e a Nova Agenda CERLALC - 2013), que se entrelaçam numa rede de ações que movimentam o capital. Nesse movimento, a educação corresponde a uma dimensão estratégica para continuidade desse processo. De acordo com Dardot; Laval (2016), o neoliberalismo pressupõe um movimento de constantes transformações na ordem econômica, contudo, constata que os sujeitos não se adaptam naturalmente a essa ordem constante do mercado, portanto,

É preciso em particular, uma **grande política de educação das massas** que prepare os homens para funções econômicas especializadas que os aguardam e **para o espírito do capitalismo a que devem aderir para viver** “em paz numa Grande Sociedade de membros interdependentes” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 92- grifo nosso).

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

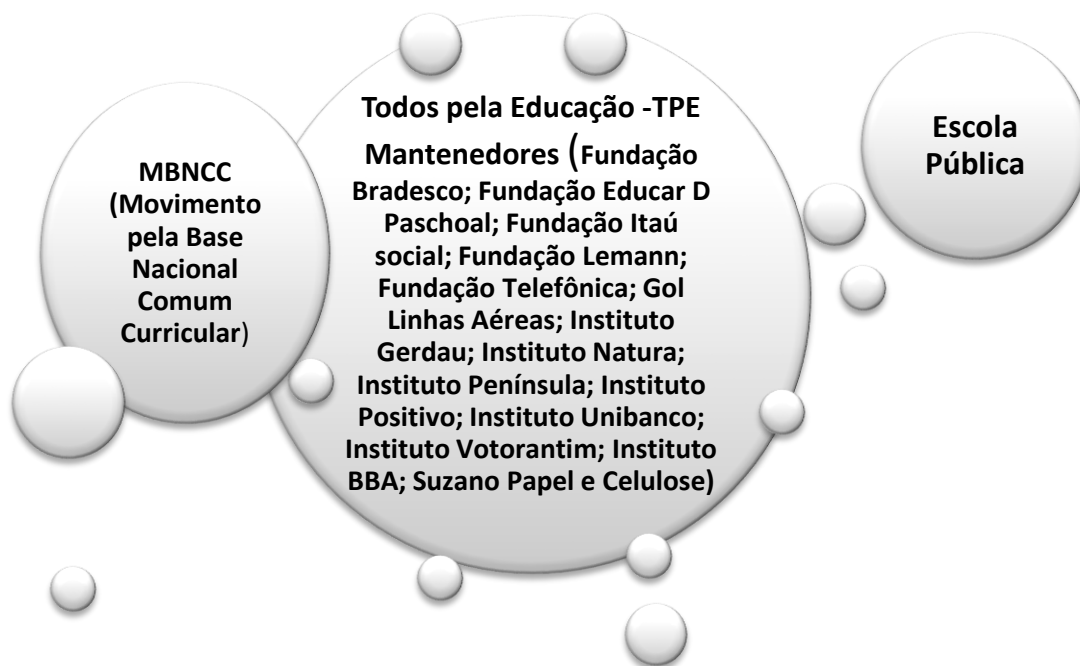
A movimentação pela BNCC é “um ‘novo’ movimento de recriação do currículo nacional com perspectivas de **homogeneização curricular, não inédita**, mas sem precedentes em relação ao volume de mobilizações e atores envolvidos no processo” (ANDRADE; NEVES; PICCININI, 2017, p. 5 – grifo nosso). Trata-se de uma ação articulada por sujeitos sociais relacionados ao empresariado do segmento educacional brasileiro, derivado do Movimento Todos Pela Educação. Nesse sentido, o Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (MBNCC) representa a continuidade das ações do TPE, segundo a publicação comemorativa da primeira década desse grupo,

A construção de uma Base Nacional Comum Curricular é outro marco que merece, desde o início, atenção profunda por parte do movimento. O desafio de construir uma plataforma comum de competências a serem alcançadas por todos os alunos, **com foco nas necessidades do século 21 e no respeito à diversidade de indivíduos e grupos sociais em um país continental**, conversa diretamente com as premissas do TPE. “A Base, sem dúvida, é muito emblemática para toda a dinâmica de **repensar uma nova Educação**” (TPE, 2017, p. 70 – grifo nosso).

O texto é muito claro como uma mobilização de uma classe dirigente que tem ditado os rumos da Educação. A evidência de uma postura antidemocrática é representada na figura 1 sobre a posição da Educação Pública nesse contexto. Entretanto, para negar sua essência antidemocrática, segundo Andrade; Neves e Piccinini (2017) “[...], uma consulta pública e aberta realizada pela rede mundial de computadores no período compreendido entre 16 de setembro de 2015 a 15 de março de 2016, apresenta-se como estratégia de legitimação da reforma”. (ANDRADE; NEVES; PICCININI, 2017, p. 7). Todavia, na mesma página do MBNCC, é possível observar os pareceres dos assessores internacionais da Austrália, EUA, entre outros, que realmente estão construindo a BNCC a exemplo de experiência privatistas realizadas nesses países. Há literatura disponível (RAVITCH, 2011; FREITAS, 2014), demonstrando o quanto esse movimento é nocivo para a educação, principalmente porque o princípio geral dessa reforma não é a plena socialização do conhecimento, ao contrário, “A criação uma base serviria como ‘espinha dorsal’ para os **direitos de aprendizagem** de cada aluno, a formação

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS
de professores, os **recursos didáticos** e avaliações externas” (ANDRADE;
NEVES; PICCININI, 2017, p. 10- grifo nosso).

Figura 1: Capitalismo contra democracia: O Movimento pela Base Nacional Comum Curricular



Fonte: Documento TPE 10 anos – Figura elaborada pelas autoras

Destacamos, a partir da imagem apresentada anteriormente, o isolamento antidemocrático vivenciado por trabalhadores da educação pública: Professores da Educação Básica e da Educação Superior, muitos com renome em pesquisa nessa área, todos desconsiderados, evidenciando a tensão e o favorecimento do Estado para o empresariado na definição tanto dos consultores - intelectuais orgânicos em âmbito nacional e internacional a serviço do capital -, quanto dos conteúdos e formas da educação brasileira. Identificamos nesse cenário a dinâmica da luta de classes muitas vezes negligenciada e até mesmo negada nas reflexões sobre as políticas educacionais. Observamos a organização do empresariado nos Movimentos: “Todos pela Educação” e “Movimento Pela Base”, entre outros, e a resistência a esse projeto societário por trabalhadores do segmento da educação. Há vasto material de denúncia e contestação nesse sentido. Endossamos as

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

ações dos educadores e defensores da educação pública e compartilhamos da compreensão de Freitas (2015):

[...] a única evidência bem sucedida disponível naquele site do Movimento pela Base Nacional é como estas organizações foram bem sucedidas em **sequestrar e retirar do Estado o controle do currículo nacional**, primeiro influenciando em elaboração e depois administrando-o. Os especialistas destes grupos alternam: **ora estão no governo**, ora estão nas **ONGs e Institutos**. Quando no governo, definem a política pública, quando fora dele atuam nestas organizações. (FREITAS, 2015, s/p – grifo nosso).

Nesse sentido, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, divulgou nota de repúdio após a divulgação da terceira e última versão da BNCC e alerta sobre as intenções dessa reforma, entre elas “a padronização curricular que tem como fundamentos o lema “**avaliar e punir**” estudantes, escolas e professores” (ANFOPE, 2017, p. 3 – grifo nosso). Fato que pode ser constatado na publicação da primeira década do TPE,

Monitorar e medir. **Eis outro mérito do movimento: contribuir fortemente para a promoção de uma cultura de monitoramento da Educação no País**. Essa postura se acentuou após a criação das 5 Metas do Todos Pela Educação e de outros indicadores educacionais que permitiram avaliações mais precisas das condições da Educação pública.(TPE, 2017, p. 62 – grifo nosso).

Encontramos nessa discussão a questão central da nossa reflexão acerca das políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil. Vivenciamos uma reforma curricular com intenções claras de política de testagem e responsabilização, completamente ajustadas às razões do projeto neoliberal, inclusive para aferição dos índices de desempenho em leitura e escrita nas avaliações nacionais e internacionais em larga escala. Ao refletirmos sobre as políticas de leitura, identificamos quão prejudiciais são e o retrocesso que poderá representar para estas políticas, a consolidação de uma reforma curricular com os propósitos da BNCC. Ravitch (2011) fez uma revisão crítica sobre essa proposta de educação desenvolvida nos EUA, inclusive com destaque ao Programa de Letramento Balanceado³, que revela “O problema

³ Método do Letramento Balanceado: Cada professor de ensino fundamental era requisitado a ensinar leitura por três horas todas as manhãs. (RAVITCH, 2011, p.67).

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

com o uso de testes para tomar decisões importantes sobre as vidas das pessoas é que testes padronizados não são instrumentos precisos.” (RAVITCH, 2011, p. 175).

Refletir sobre o currículo é essencial nessa perspectiva, pois identificamos durante o movimento dos registros históricos das políticas para o livro e a leitura do país um ajustamento combinado entre essas políticas, as discussões, parâmetros, referenciais, diretrizes e currículos elaborados, assim como as formações e teorias pedagógicas para orientar a prática docente. De acordo com Cury (1989), “O currículo é um meio relevante para a consolidação da função política na educação, manifesta ou não. É o instrumento que corresponde ao o que fazer”. (CURY, 1989, p. 111).

O projeto societário neoliberal exige uma mudança constante, nesse sentido, é atribuída à educação a tarefa de formar esses novos sujeitos, entretanto, os professores não se adaptam facilmente a essas novas exigências, por isso, as estratégias apresentam-se nas formas de testagens e análises de responsabilização. Nessa conjuntura, os conteúdos sobre o que pode ser lido representa uma valor inegociável, e a literatura, como representação artística da linguagem – elaboração artística da expressão, depositária do pensamento livre e do protagonismo humano na história – constitui uma ameaça a ser controlada.

Em nossa conjuntura política, além da implantação da BNCC, acontece simultaneamente a extinção do Programa Biblioteca Escolar em descontinuidade desde 2014 e alteração do PNLD. Melo; Sousa (2017) alertam sobre a gravidade do momento histórico em que ocorre “Uma profusão de mudanças nos marcos legais das políticas educacionais e de seu orçamento está se constituindo, no sentido de tornar irreversível a curto e longo prazo o **avanço da privatização da educação pública no Brasil**”. (MELO; SOUSA, 2017, p. 27- grifo nosso). Assim:

O período recente sem que o PNBE fosse executado coincidiu com a aprovação da valorização da literatura nas diretrizes curriculares. **A recém aprovada Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental incluiu “Educação Literária” e a “Leitura” como eixos da área de linguagens.** O MEC nega qualquer prejuízo para o

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

cumprimento da nova BNCC do ensino fundamental e “**não há descontinuidade das ações do PNBE**, que ficaram com o (novo) PNLD. [...] O PNLD inclusive terá um novo nome: Programa Nacional do Livro e do **Material Didático (PNLMD)**. (MOREIRA, 29/09/2017 – grifo nosso).

Constatamos que o fato de realizar a fusão dos programas PNBE e PNLD para PNLMD, ratifica e legaliza a abertura para as tendências do mercado à regulamentação, propiciada pelo Estado para o regime de acumulação e abertura para competição dos Sistemas Apostilados de Ensino; a palavra “material” alude a essa possibilidade, sugere a renovação de toda a tecnologia de orientação e assessoramento ao trabalho docente, já que esse é um dos pontos fortes da mercantilização.

A análise de um processo análogo ocorrido nos EUA, segundo Ravitch (2011), apresenta indícios para contestação dessa lógica, na medida em que, junto a essa reforma curricular, as testagens são associadas como recurso de verificação da qualidade da educação realizada; entretanto, com o tempo, as escolas adaptam-se aos testes e começam a apresentar índices estatísticos pouco melhores. Em contrapartida, as crianças não são educadas, são treinadas. “As crianças eram cuidadosamente ensinadas a como responder questões que provavelmente apareceriam no teste estadual [...] os ganhos foram modestos no máximo”. (RAVITCH, 2011, p. 130).

Dessa forma, em relação ao contexto brasileiro, surge a contradição a partir da seguinte indagação: O que podemos esperar de uma política que é ambígua quanto ao Programa da Biblioteca e utiliza-se de testes padronizados para articular o trabalho com a leitura? “Quando o desempenho é o único critério de uma política, que importância tem o respeito à consciência e à liberdade de expressão?” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 382).

Diante dessa conjuntura, principalmente em relação à interrupção ao Programa Biblioteca da Escola, recorremos a Lukács (2010) “[...] com isso jamais se pode eliminar completamente o momento da continuidade [...] nenhum momento de descontinuidade interrompe a continuidade de maneira absoluta e total”. (LUKÁCS, 2010, p. 177). Os livros que chegaram às instituições pelo Programa Biblioteca da Escola, que estão nas bibliotecas

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

escolares, na maioria dos casos improvisada, podem e devem ser lidos, o trabalho educativo decorre dessa ação.

Resultados e Discussão

Nossa pesquisa revela que dentre as políticas públicas para livro e leitura voltadas para a escola, o programa que mais se solidificou e tende à continuidade é o PNLD; no entanto, concordamos com Silva (2012), “Se hoje a qualidade dos livros didáticos é criticada, dentro e fora do circuito acadêmico, **a utilização deste instrumento nas salas de aula parece não sofrer questionamentos mais incisivos**”. (SILVA, 2012, p. 805 – grifo nosso).

Assim, uma proposta política que se identifique como contra-hegemônica deve considerar essa possibilidade, fato que pode parecer utópico num primeiro momento ou até reacionário. Mas, não é esse o sentido. Livros são importantes, uma das tecnologias insuperáveis inventadas pelo ser humano, modificaram-se com o tempo desde as tabuletas de argila, rolos de papiro, até o livro eletrônico, mas permanecerão com a evolução da humanidade. Dessa forma, não estamos colocando-nos contrários aos livros. Contudo, se a defesa for realmente pela leitura, o programa que deveria ser priorizado é o Programa Biblioteca da Escola, que tem uma perspectiva de organização coletiva, leitura de forma livre e crítica, pois pressupõe a utilização de muitos livros e não apenas um único, uma vez que “Esta política de aquisição em massa de livros didáticos pelo governo brasileiro transformou-se num grande negócio para o processo de oligopolização do capital e entrada do capital estrangeiro no setor editorial”. (SILVA, 2012, p. 817).

Conclusões

Identificamos na atual conjuntura das políticas educacionais no Brasil o movimento do empresariado por meio de articulação em redes constituídas por movimentos imbricados e intitulados “Todos pela Educação” e Movimento pelo Base”, materializados na reforma da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A extinção do PNBE para o novo PNLMD reforça a utilização dos sistemas apostilados de ensino, consolidando-se o neotecnicismo.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Concluimos que a leitura não é o objetivo central dessas políticas. Apesar de todo esse movimento, constatou-se a tendência do Estado em mediar muito mais os interesses mercadológicos do livro, em vez de priorizar ações que possibilitem a leitura nas escolas, por isso as condições degradantes das poucas bibliotecas existentes nas unidades escolares

Nessa perspectiva, defendemos a retomada do Programa Biblioteca da Escola, contemplando principalmente as condições materiais para seu funcionamento como espaço físico adequado, profissionais com formação para trabalhar nesse ambiente escolar, além de acervos enviados continuamente com consulta por escola sobre os livros de que necessita.

Referências

ANDRADE, M. C. P; NEVES, R. M. C; PICCININI, C. L; Base nacional comum curricular: disputas ideológicas na educação nacional. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2017: DE O CAPITAL À REVOLUÇÃO DE OUTUBRO (1867 – 1917), 2017, Niterói. **Anais...** Niterói: NIEP – Marx, 2017. p. 1-30.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO. **Posição da ANFOPE sobre a BNCC**. Brasília, set. 2017. Disponível em:
<<https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/09/nota-anfope-repudia-a-bncc.pdf>.>

BALL, S. J. **Educação Global S.A**: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

CURY, C.R. J. **Educação e contradição**: elementos teóricos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1989.

DALE, Roger. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação Social**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, mai-ago 2004.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas: Autores Associados, 2016.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

FREITAS, L. C. **Base nacional (mercadológica) comum**. 2015. Disponível em: < <https://avaliacaoeducacional.com/2015/07/20/base-nacional-mercadolologica-comum/>>. Acesso em 26 nov. 2017.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.35, n.129, p.1085-1114, out-dez, 2014.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. IN: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2010.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T.T; GENTILI, P., orgs. **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e educação. In: GHIRALDELLI JR(Org). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia em seus representantes Feuerbach, B.Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2016.

MASSON, G. Orientações para o desenvolvimento de investigação em políticas educativas a partir da teoria marxista. In: TELLO, C.; ALMEIDA, M.L.P. **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

MELO, A. A. S; SOUSA, F. B. A agenda do mercado e a educação no Governo Temer. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 25-36, ago. 2017.

MOREIRA, A. **Governo federal está desde 2014 sem comprar livros de literatura para escolares públicas**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-federal-seguira-sem-entregar-novos-livros-de-literatura-para-bibliotecas-escolares-em-2018.ghtml>. Acesso em : 26 nov. 2017.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PECK, J; THEODORE, N; BRENNER, N. **Mal-Estar no Pós-Neoliberalismo**. Novos Estudos. São Paulo, n.92, p. 59-78, mar 2012.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

PERONI, V. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. In: Reunião Científica Regional da ANPED, 2016, Curitiba. Anais...Curitiba: 2016, p. 1-21.

RAVITCH, D. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano**: Como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

ROBERTSON, S. L. A estranha não morte da privatização neoliberal na estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, p. 283-302, mai-ago. 2012.

RUIZ, M. J. F; PERONI, V. M. V. Relação público-privada e gestão escolar: o caso da Fundação Victor Civita. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 3, n. 3, p. 147-163, set-dez. 2017.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política. Campinas: Autores Associados, 2009a.

SILVA, M. A. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. **Educação Real**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set – dez 2012.